

EMENDA MODIFICATIVA N.º 3 AO PROJETO DE LEI N.º 07, DE 06 DE MARÇO DE 2025.

1. Da apresentação

O vereador que abaixo subscreve, com fundamento no Regimento Interno do Poder Legislativo e na Lei Orgânica do Município, no exercício da competência legislativa própria, apresenta a presente Emenda, para modificar a Ementa, os §§ 2º e 12, do art. 1º e o art. 3º do Projeto de Lei n.º 07/2025, o qual *“Dispõe sobre o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais aos ocupantes do cargo efetivo de Procurador Municipal do Executivo e dá outras providências”*, a saber:

2. Do Contexto

EMENTA

“Dispõe sobre o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais aos ocupantes dos cargos da Advocacia Geral do Município de Claudio e dá outras providências”

Art. 1º (...)

(...)

§ 2º Os valores arrecadados de acordo com o § 1º deste artigo serão destinados, mês a mês, aos procuradores municipais e ao advogado geral, na condição de membros da Advocacia Geral do Município, instituída pela Lei Complementar nº 96/2016 e alterações posteriores, e serão rateados exclusivamente entre eles enquanto no efetivo exercício das funções do respectivo cargo ou desenvolvendo atividades institucionais.

§ 12. Os honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados constituem encargo do devedor e serão recolhidos, rateados e distribuídos em partes iguais a todos os servidores ocupantes do cargo de Procurador Municipal e de Advogado Geral, vedada qualquer discriminação quanto ao gozo desse direito.

Art. 3º. Os honorários advocatícios, recolhidos e rateados nos termos do Art. 1º, constituem encargo do devedor,

com efeitos financeiros a contar da publicação desta Lei, devendo obedecer aos limites de remuneração do Inciso XI do art. 37 da CF.

3. Da Justificativa

Apresento esta Emenda Modificativa, haja vista que, como mencionado pela assessoria jurídica desta Casa de Leis durante os estudos do epigrafado projeto no âmbito da reunião conjunta das comissões, é importe que os honorários advocatícios sucumbenciais sejam rateados entre os procuradores municipais e o advogado geral do Município, não sendo isonômica a distribuição de tal verba somente entre os procuradores.

E, pelo motivo da alteração nos §§2º e 12, do art. 1º, retro transcrito, a Ementa do Projeto de Lei em referência deverá também ser corrigida para adequar ao texto da Lei, conforme acima.

Já a modificação do art. 3º, além de adequar o Projeto em face da alteração dos §§2º e 12, do art. 1º, quanto ao rateio entre os procuradores municipais e o advogado geral do município, também visa a contemplar que os valores percebidos, a título de remuneração dos servidores da Advocacia Geral, deverão obedecer aos limites do Inciso XI do art. 37 da CF.

Deste modo, em razão destes argumentos jurídicos, conto com o voto dos pares edis na aprovação desta Emenda.

Cláudio/MG, 28 de abril de 2025.

FREDERICO AMORIM
Vereador - AVANTE